

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No dia dezenove de abril de dois mil e vinte e três, a Secretária-Executiva Adjunta da SGPR, Tânia Maria de Oliveira, o Secretário Nacional de Participação Social, Renato Simões, a Secretária Nacional de Diálogos e Articulação de Políticas Públicas, Kelli Mafort, e o Secretário Adjunto desta Secretaria, Marcelo Fragozo, realizaram no Anfiteatro do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) da Escola Superior do TCU, a primeira reunião ordinária do Conselho de Participação Social, instituído pelo Decreto nº 11.406, de 31 de janeiro de 2023, com proposta de debate da seguinte pauta:

- Apresentação da Coordenação-Executiva do Conselho de Participação Social;
- Apresentação e Discussão do Calendário de Reuniões 2023;
- Proposta de Comissão para acompanhamento do Fórum Interconselhos;
- Proposta de Comissão para acompanhamento do Brasil sem Fome;
- Outros informes e encaminhamentos.

O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, não pôde estar presente em virtude de outras agendas urgentes. Desse modo a reunião foi aberta pela Secretária-Executiva Adjunta da SGPR, apresentando os oito membros do Conselho que compõem a Coordenação-Executiva Colegiada, sendo eles: Bruna Chaves Brelaz - representante da União Nacional dos Estudantes; Ceres Luisa Antunes Hadich - representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Janeslei Aparecida Albuquerque - representante da Central Única dos Trabalhadores; Kleber Luiz Santos Dos Santos - representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Nalu de Faria da Silva - representante da Marcha Mundial das Mulheres; Raimundo Vieira Bonfim - representante da Central de Movimentos Populares; Rudrigo Rafael Souza e Silva - representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; Simone Ferreira Nascimento - representante do Movimento Negro Unificado.

Em seguida destacou que a função da Coordenação-Executiva Colegiada não significa precedência ou posição hierarquicamente superior aos demais membros, sendo apenas para fins de coordenação dos trabalhos do Conselho.

Passada a palavra para a Secretária Nacional de Diálogos e Articulação de Políticas Públicas, que apresentou como pauta a composição de comissão para acompanhar os trabalhos do Programa Brasil sem Fome (nome temporário, ainda em processo de definição). Sendo este tema debatido em proposta construída ainda no governo de transição.

Pontuou como característica importante a definição que o conselho fosse uma marca do atual governo, mas também um processo de empoderamento das organizações brasileiras quanto à participação social, constituindo uma pedagogia da participação social, como mutirões, que já foram utilizados e são conhecidos pelos movimentos sociais. Esta pedagogia, presente na concepção de mutirão, significa que o governo faz um chamamento à sociedade, engajando as organizações sem culminar em prejuízo de sua autonomia. Para este desafio o governo tem construído bases em agendas de demandas sociais, especialmente esta que tratamos hoje, o combate à fome.

A Secretaria ressaltou que apesar da alegria da volta do CONSEA e a possibilidade de realização de sua conferência nacional em dezembro deste ano e todas as políticas públicas relacionadas

a esta agenda que já foram retomadas, temos a urgência da fome. Sendo decisão do governo que esta agenda deve ser acompanhada também pelos movimentos sociais, especialmente para que as atuações na base culminem em ações voltadas para educação popular e participação social. Destacou o ataque à democracia com os últimos governos, e o que significa construir uma educação popular e política.

Em seguida apresentou os eixos fundamentais em que será realizado o trabalho da agenda Brasil sem Fome:

1. participação social – emprestando esse legado da transição, que chamam de mutirão da erradicação da fome. É um eixo específico que permeia todas as demais ações.
2. geração de renda e inclusão social – políticas de assistência social – Neste eixo a intenção é que seja realizada busca ativa pelos movimentos de quem serão os beneficiários dessas políticas, estimulando a mobilização popular.
3. Sistemas alimentares – A fome se tornou agenda de disputa, pois a alimentação é controlada por grandes organizações. Por isso é extremamente relevante enfrentar todo o processo em relação ao tipo de comida que está sendo ofertada.

A agenda da fome deve ser feita em conjunto pelo governo e sociedade, tendo assim, mais condições de ser efetiva. Por isso, os Ministérios abrirão rodadas de escuta dos movimentos. Com base em todos estes debates e participação social será apresentada proposta de atuação ao Presidente Lula.

Passada a palavra para o Secretário Nacional de Participação Social, iniciada sua fala agradecendo os trabalhos no I Fórum Interconselhos e ressaltando a importância da participação e representação de cada conselho. Ressaltou, ainda, que muitos conselhos não foram ainda reestruturados ou estão vigentes com o formato anterior, sem representatividade da sociedade. Pontuou que o material que for produzido com o trabalho de elaboração do PPA Participativo será divulgado na plataforma digital, e que esta pauta é de grande repercussão.

Evidenciou a importância do Conselho de Participação Social por ser um conselho da Presidência da República para assessorar o Presidente, relembrando a fala do Presidente Lula sobre a força do parecer do conselho nas discussões do PPA, e que este documento produzido poderá ser modificado e alterado por este Conselho em discussão com o Presidente da República.

O Secretário Nacional de Participação Social, em consenso com os demais secretários presentes, considera necessário que haja uma comissão com distintas representações para participar das organizações dos Fóruns Interconselhos, justamente por ser um conselho da Presidência da República. Além de ser uma participação importante para politizar o debate nos fóruns, ajudarão a empoderar os novos militantes e movimentos sociais.

Foi pontuada a falta de apoio do Congresso Nacional quanto ao PPA Participativo, e provavelmente haverá dificuldades para sua aprovação. Reforçou a urgência e importância da mobilização no tema, construindo programas para que não haja novo desmonte em governos futuros. Apontou como uma das funções do conselho tomar a frente na construção do PPA e que há simbolismo em sua instalação acontecer no I Fórum Interconselhos, fechando sua fala com pedido aos conselheiros para retornarem para os próximos fóruns interconselhos.

Em seguida foi aberta as inscrições para interação e falas dos membros:

Danilo de Cerqueira Cesar - representante do Comitê Nacional da Lei Paulo Gustavo – ressaltou que também considera estratégica a posse do conselho acontecer hoje. Destacou a experiência dos últimos três anos do setor cultural, tendo conseguido, por meio do Comitê que representa, sólida atuação e captação de recursos com as frentes parlamentares progressistas. Que no período mais difícil para o setor cultural, conquistaram duas das principais leis históricas e orçamentos para cultura brasileira. Por isso, se coloca à disposição para elaboração de planos estratégicos para fortalecimento do processo dos conselhos e do PPA.

Celia Gonçalves Souza - representante do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileiro – questionou a natureza do conselho, se é apenas deliberativo ou consultivo; pontuou a falta que faz um conselho nacional de políticas de igualdade racial, e que pede que seja proposta deste Conselho a exigência de uma atuação mais enérgica do Estado no combate e prevenção aos crimes raciais. Aponta que o Estado brasileiro é omisso, portanto é racista. Frisou sua experiência na agenda do combate à fome, ressaltando que não há como se discutir o combate à fome sem incluir a participação do segmento dos povos de comunidades de terreiros.

Poliana de Sousa Pereira Inácio - representante do Movimento de Luta das Vilas, Bairros e Favelas – iniciou sua fala com relato sobre os debates nos grupos durante o I Fórum Interconselhos, apontando que o grupo ao qual fazia parte passou grande parte do tempo discutindo sobre o conceito de democracia, que as definições propostas na metodologia do PPA são rasas, e que o grupo, apesar do debate intenso, não conseguiu conceituar a democracia que queremos. Pontuou que precisamos rediscutir o que é democracia para descobrir o que queremos, e essa discussão precisa incluir as 8 milhões de pessoas sem teto e que morrem de fome. Quem está na base vê as pessoas morrendo por fome e insegurança alimentar de todos os níveis. Ressaltou que não há como discutir o programa Brasil sem Fome se não há discussão sobre moradia para essas pessoas. Enfatizou que este conselho deveria ser deliberativo como forma de garantir a implementação das políticas públicas. E que é preciso que haja incentivo para agendas como agricultura urbana familiar para debater a fome no país.

Cristiano Motta Schumacher - representante do Movimento Nacional de Luta por Moradia - pontuou que apesar de termos vencido as eleições, ainda não vencemos a cultura fascista que foi instalada. O papel do conselho precisa ser construir soluções junto ao Presidente da República para resolver os problemas concretos. Destacou que é preciso que os membros estabeleçam entre si o que cada coletivo que representam assumirá como compromisso com o Conselho de Participação Social para atuação interna. Além disso, apontou a necessidade de se estabelecer metodologia e dinâmica de trabalho para que o conselho empodere e fortaleça as organizações populares, e não se tornar, apenas, um conselho para demandar políticas e serviços.

Raimundo Nonato Pereira da Silva (Komanaji) - representante da Rede de Comunidades de Povos Tradicionais do Brasil – Concorda com a fala feita anteriormente por Célia Gonçalves Souza, e menciona que apesar de termos um Ministério da Igualdade Racial, a bala no brasil tem DNA e este é negro. Informou que representa 28 movimentos de povos e comunidades tradicionais e que hoje sabem o que é a fome, pois no governo anterior faltou comida para esses povos. Aproveitou a oportunidade para agradecer a todos por estarem aqui discutindo os problemas do Brasil, e que grande parte desse problema é a fome e sede e para combatê-los é preciso rever a questão da agricultura familiar, ancestral e que respeita a terra.

Nalu de Faria da Silva - representante da Marcha Mundial das Mulheres – ressaltou a expectativa da discussão política e elaboração de resolução do conselho sobre temas prioritários. E que aguardam para o primeiro de maio o anúncio do novo salário-mínimo, pois será ator fundamental para o combate à fome. Relatou, ainda, a importância de o conselho se posicionar sobre o marco fiscal que está sendo discutido. Ressaltando que o salário-mínimo deveria estar fora do arcabouço fiscal. Referente ao PPA, afirmou que não tem como o povo estar no orçamento sem discutir e participar da elaboração do orçamento. Apontou que, apesar de entender a necessidade da transversalidade, é preciso ser repensado, pois em experiências anteriores o que acontece é o desaparecimento das pautas de grupos representativamente minoritários.

Túlio Batista Franco - representante da Frente pela Vida - afirmou que precisamos entender o atual cenário de disputa no país. Apontou a enorme responsabilidade do conselho e que por isso precisarão pensar o conjunto das políticas e não apenas no que se refere ao segmento que cada um dos membros representa. Que é preciso insistir neste caminho, pois quando iniciadas as conferências e conselhos na década de 90, também houve movimento contrário a estas políticas de participação social. Após suas colocações, ressaltou que a natureza do conselho foi discutida e pacificada em outro momento, sabendo-se que dentro dos campos representativos o conselho é deliberativo, contudo, é consultivo quando abordados temas tratados por meio de lei. Pontuou que o caminho será definido pela união e a coalizão de forças. Este conselho precisa se organizar e se expressar nos territórios.

Maria Eunice Figueiredo Guedes - representante da Articulação das Mulheres Brasileiras – destacou a importância de se pensar nas territorialidades, apontando as diversidades do Brasil e, a depender da região, a dificuldade de acesso às plataformas digitais, como a que está sendo proposta para a participação social digital. É preciso pensar uma proposta de conselho que consiga articular suas diversidades territoriais e de povos. Reforçou que a transversalidade não seja generalizada, sob risco de invisibilizar grupos vulneráveis. O grande desafio é articulação.

Cristiane da Silva Ribeiro - representante da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil - questionou a natureza do conselho. Pontuou as atribuições da Coordenação-Executiva e como isso se dará na estrutura do conselho que tem o Plenário como primeiro instituto. Ressalta a importância de pensar sobre a política nacional de participação social e se haverá consulta ao Conselho sobre o tema.

Simone Ferreira Nascimento - representante do Movimento Negro Unificado - inicialmente, agradeceu o trabalho das Secretarias da Secretaria-Geral e ao conselho. Questionou qual seria a forma de participação social na agenda do Brasil sem Fome. Ressaltou que os dois espaços de comissões propostas serão fundamentais para a sociedade civil, mas que ainda não entendeu como será o trabalho de acompanhamento das demandas do programa Brasil sem Fome.

Rudrigo Rafael Souza e Silva - representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - parabenizou os trabalhos nessa construção pela retomada da democracia no país e que é preciso qualificar nossa construção de democracia e que o próprio Conselho de Participação Social representa o Estado brasileiro nessa reconstrução. Apontou que o diálogo fundamental nesse processo deve ser guiado pelo plano de trabalho do Gabinete da Transição, e que os conselhos específicos incorporem as propostas do relatório de transição para implementação.

Ressaltou ainda que a possibilidade de trazer os movimentos sociais para os temas centrais de políticas públicas, retratando espaços que já existiam anteriormente, é muito importante.

Pedro Ivo de Souza Batista - representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - informa que foi eleito para o Conama, que está em processo de reestruturação, pois atualmente não é paritário. A discussão do PPA tem que ser rápida, pois quem estiver fora do PPA não terá orçamento. Informou que soube que serão incluídos no PPA apenas 88 programas e apenas 2 por ministérios. Sobre a natureza do conselho, é um debate profundo e que precisa ser feito com calma. Alerta que se não houver um consenso claro e um debate sólido sobre o PPA, ficaremos de fora. Lembrou que a Constituição Federal de 1988 prevê a democracia participativa, inclusive, sob forma de referendo e plebiscito.

Maureen Cristina Martins Dos Santos - representante do Grupo Carta de Belém - o primeiro ponto tem a ver com a expectativa sobre qual é a agenda do Conselho. Apontou a importância de se pensar sobre a preparação do planejamento deste conselho, para que haja planejamento dentro dos segmentos ali representados. Evidenciou a necessidade de se construir um consenso, pois ainda não temos acúmulo necessário para debater certas agendas, como o caso da agenda ambiental e de política externa brasileira.

Aldenora Gomes Gonzalez - representante da Frente Nacional em Defesa do SUAS - registra sobre o Brasil sem Fome que ao falarmos de fome precisamos falar sobre a pandemia e todo o caos e miséria que foi instalado no período, sobretudo para os mais vulneráveis. Coloca o nome da Frente Nacional, por toda a sua capilaridade e todos os trabalhos que tem feito nos estados, à disposição para integrar a comissão e tratar sobre o tema e o programa Brasil sem Fome.

Raimundo Vieira Bonfim - representante da Central de Movimentos Populares - pontuou que o debate é rico, mas que ainda não houve discussão sobre os temas da pauta. Questionou em qual Ministério seria a coordenação do Brasil sem Fome. Referente ao Fórum Interconselhos, perguntou quem iria compor a comissão sobre este tema, pois ninguém se manifestou. Ressaltou que possui preocupação de se enveredar por tirar várias comissões dentro do conselho, podendo prejudicar os trabalhos dos conselhos e movimentos aos quais representam. Este conselho tem um peso político e atribuições diferentes dos demais conselhos. Pontuou que é preciso marcar nova reunião para aprovação do regimento interno. Afirmou a importância da intervenção dos membros dos conselhos nos grupos de discussão do Fórum Interconselhos, pois deram maior qualidade e melhorias na proposta apresentada. Opinou que os 68 membros devem ser integrados aos Fóruns Interconselhos.

Anderson Lopes Miranda - representante do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua - iniciou agradecendo a oportunidade de a população em situação de rua participar deste conselho. Ressaltou que o Conselho deve ser consultivo e que o Presidente da República deve ouvi-lo.

Denildo Rodrigues de Moraes - representante da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – é integrante das comunidades quilombolas, e que estas comunidades sabem o que é passar fome, e que representam o limite da invasão dos territórios pelas grandes indústrias. Aponta o empobrecimento das pessoas nestes territórios, por esta razão é importante que estejam nesses espaços de construção das políticas públicas.

Karina Martins dos Santos - representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração - informou que no último período os movimentos do campo estão tentando contribuir no combate à fome, mas não conseguem dar conta de tudo. O projeto de mineração é um projeto de fome também, contudo, a mobilização social só acontece frente a grandes desastres. Na pandemia foram os movimentos sociais e a sociedade civil organizada que conseguiram dar alguma resposta no combate à fome. A reforma agrária e a reforma urbana são parte importante deste combate. Questionou como serão criadas e impulsionadas as políticas públicas daqui para a frente.

Débora Rodrigues da Silva - representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - propôs como tarefa ao Conselho que seja olhado com muita atenção a situação do trabalho das mulheres negras. A fome é o final da linha, quando há fome, todos os outros direitos foram violados. Pontuou que também há grande violação no que concerne a direitos trabalhistas, sobretudo das mulheres negras. Informou que em Salvador há índice altíssimo de trabalho informal, na maioria dos casos são mulheres negras com atuações que não geram sequer um salário-mínimo. Que esta é uma política adotada a partir da ilusão do empreendedorismo. Deseja que as políticas de geração de renda e economia solidária possam alcançar esse grupo, evitando a manutenção e aumento das violações de direitos. Aponta a preocupação da participação digital das mulheres negras, em razão da baixa escolaridade e acessibilidade à internet. Informa que na Bahia, onde reside, há programa de combate à fome e coloca a instituição à disposição para auxiliar nesse debate e na realização do mutirão nacional.

Maria Stela Cabral - representante do Comitê Nacional dos Pontos de Cultura – agradece a oportunidade de compor o conselho, e relembra que, na pandemia, a cultura foi a primeira a parar e a última a retornar, mas foi ferramenta para salvar vidas. Criticou o fato de a agenda da cultura aparecer apenas em um eixo do PPA Participativo, o que tornou difícil incluir as demandas da cultura dentro da proposta trabalhada no Fórum Interconselhos. Questionou em qual momento faremos um acordo para que o orçamento possa ser disputado com fatia para a cultura. Informa que entregou o orçamento da cultura para a Ministra no evento de hoje.

Janeslei Aparecida Albuquerque - representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT – relatou a importância dos movimentos sociais na construção de unidade e de resistência. Ressaltou que todos os presentes são trabalhadores e que todos os temas afetam os trabalhadores. Apontou a enorme dificuldade de dialogar com trabalhadores que se intitulam como empreendedores, pois não se veem como trabalhadores. Além disso, apresentou grande preocupação com o novo ensino médio, pois a sua base é o empreendedorismo, substituindo o conhecimento científico.

Sidnei Antonio Euzébio Pita - representante da União Nacional por Moradia Popular – pontuou que a atribuição do Conselho é de espaço de diálogo entre o Presidente da República e a sociedade civil. Este conselho é extremamente político e tem a responsabilidade e condições de encaminhar as demandas para o Presidente. Relatou preocupação com as propostas que precisarão passar pelo Congresso Nacional, questionando qual será o plano B do governo em caso de rejeição das propostas. Ressaltou a importância da sociedade civil de disputar espaço e pressionar o legislativo para aprovação das propostas. Declarou apoio ao governo e se dispôs para a comissão que vai acompanhar a agenda Brasil sem Fome.

Maria Martilene Rodrigues de Lima - representante do Movimentos de Pescadores e Pescadoras Artesanais – chamou atenção para a fala da Secretaria Nacional de Diálogos e Articulações de Políticas Públicas, quando questiona “qual tipo de alimento está sendo

ofertado?", e que já temos a resposta. O que precisamos questionar é qual tipo de alimento queremos ofertar. Ressaltou que quando há perda de territórios, não há produção. Quando se perde território, perde-se terra, água, cultura, espiritualidade e moradia. Aumentando todos estes índices. Apontou que os megas empreendimentos impedem a garantia do alimento dessas comunidades.

Retomada a palavra à mesa, Renato Simões relatou que é normal não termos hegemonia nas falas, pois é a primeira reunião. Lembrou que foi vontade e ordem do Presidente da República a instituição deste conselho para dialogar e assessorá-lo. E que este não representa um conselho dos conselhos. Que a intenção do Presidente da República é ouvir o conselho e submeter à consulta os temas em debates. Pontuou que, em que pese este Conselho não ter função deliberativa, sua natureza é consultiva e de alto nível, pois tem caráter de debate político sobre os temas. Sugeriu ainda que as reuniões do conselho deveriam ser reuniões de dois dias para debate sobre os temas mais importantes. Ressaltou a intenção em manter a vinculação de agenda de reuniões do conselho com o Fórum Interconselhos, porém precisa conciliar com a agenda do Presidente da República. Reforçou que o objetivo deste conselho é dialogar diretamente com o Presidente, e que nenhum conselho setorial terá o mesmo objetivo. E que a principal pauta é a participação social em todas as agendas. A ideia da comissão contra a fome é uma dimensão da política de combate à fome. Parte da política de participação social das quais se espera que este conselho faça parte e tenha atuação é sobre as entregas previstas para este ano, pois serão consultados sobre. Lembrou que o sistema de participação social está garantido também nos Ministérios. E a principal proposta deste conselho é construir uma política de participação social. Reforçou que o fato de ser um conselho vinculado ao Presidente da República trará maior incidência, pois os debates terão natureza imediata, e isso é maior do que ter um caráter deliberativo.

O Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Diálogos e Articulação de Políticas Públicas, Marcelo Fragozo, apontou que o conselho tem esse espaço vinculado ao Presidente, mas existem um conjunto de outros instrumentos na Secretaria-Geral, que podem ser colocados à disposição e em funcionamento com as pautas que estão apresentadas nesta reunião. Pontuou o instrumento da mesa de diálogo utilizada pela Secretaria Nacional a qual faz parte, para tratar diversos temas de interesse do governo e sociedade civil, principalmente essas agendas mais complexas.

Sobre a comissão do Brasil sem fome, explica que das 68 organizações que estão neste conselho, 18 estão no CONSEA, ou têm ação e interseção com esse tema. Sugere como primeiro encaminhamento, organizar, mesmo que remotamente, momento específico para apresentarem a proposta de trabalho da comissão que atuará no programa e para ouvir o conjunto dos conselheiros que não estiverem participando desta comissão. Ressaltou que o CONSEA aborda uma visão mais geral, já o Conselho de Participação Social possui uma visão mais política e de educação popular, atuando no combate à fome por meio dessa aliança do governo com a sociedade civil organizada e atuará para além do bê-á-bá. Sua atuação terá essa ideia de ter a militância social como agentes que estão no território promovendo segurança e soberania alimentar.

E, em paralelo, precisam de grupo menor para definir as estratégias da participação popular e social nos territórios. Sugerindo que organizações que estão mais diretamente envolvidas nessas novas formas inspiradoras de participação social compunham este grupo.

Este grupo menor, seria composto por 6 a 8 organizações, com perfis de atuação prioritária no tema.

Finalizado os debates, deram os seguintes encaminhamentos:

A Secretaria-Executiva Adjunta iniciou os encaminhamentos com informe geral de criação de e-mail institucional do conselho para centralizar as informações e ser o instrumento de correspondência oficial. Após a criação do e-mail, serão encaminhados aos endereços de e-mails cadastrados dos membros:

1. Regimento Interno, para análise e propositura de sugestões, com prazo até 26 de abril;
2. O Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Diálogos e Articulação de Políticas Públicas entrará em contato para marcar nova reunião para tratar sobre a comissão temática Brasil contra a fome. A reunião será remota;
3. Será encaminhado previsão de calendário das reuniões ordinárias, lembrando que depende da agenda do presidente;
4. Os membros deverão, em resposta ao e-mail, informar se participarão das comissões e de qual gostaria de compor.

Após dúvidas apresentadas, informaram:

- Todos serão convidados para participar dos Fóruns Interconselhos, contudo, aqueles que compuseram a comissão estarão diretamente ligados ao planejamento e organização dos fóruns.
- Os Secretários e Secretárias orientaram que ao menos um membro da Coordenação-Executiva Colegiada compunha a comissão dos Fóruns Interconselhos.
- Raimundo Vieira Bonfim - representante da Central de Movimentos Populares, registrou apoio e indicação do nome da Poliana de Sousa Pereira Inácio - representante do Movimento de Luta das vilas, bairros e favelas, para compor a comissão do Brasil sem fome. E indicaram apoiar Getúlio Vargas de Moura Júnior - representante da Confederação Nacional das Associações de Moradores, para a comissão do Fórum Interconselhos.
- Registraram que as Centrais Sindicais indicam o nome de Francisco Canindé Pegado do Nascimento - representante da União Geral dos Trabalhadores, para a comissão dos Fóruns Interconselhos e PPA Participativo.
- Registraram que a próxima reunião aconteça antes do II Fórum Interconselhos para trabalharem as referências e propostas.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos lavrando-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, segue assinada pela Secretária Executiva Adjunta, Tânia Maria de Oliveira.

Brasília-DF, 19 de abril de 2023.